



Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 7, de 2000

Autoria: COMISSÃO MISTA

Iniciativa:

Ementa:

Altera dispositivos da Lei nº 9615, de 24 de março de 1998, institui a Taxa de Autorização do Bingo, e dá outras providências.

(VOLUME - III)

Assunto: Política Social - Desporto e Lazer

Data de Leitura: 14/06/2000

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: -

Destino: -

Último estado: 18/07/2000 - TRANSFORMADA EM
NORMA JURÍDICA COM VETO PARCIAL

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1926/1 de 1999

Medida Provisória nº 2011/3 de 1999

Medida Provisória nº 2011/4 de 2000

Medida Provisória nº 2011/5 de 2000

Medida Provisória nº 2011/6 de 2000

Medida Provisória nº 2011/7 de 2000

Medida Provisória nº 2011/8 de 2000

Medida Provisória nº 2011/9 de 2000

Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 6 de 2000

Veto nº 00033 de 2000

TRAMITAÇÃO

28/07/2000 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: A Medida Provisória nº 2011-8, aprovada pelo Congresso Nacional no dia 20/06/2000 na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 7/2000, foi reeditada, durante o prazo de sanção do referido Projeto de Lei de Conversão, pela de nº 2011-9, de 26/06/2000, publicada no DOU de 27/06/2000 (Seção I), sem alterações, conforme folhas nºs 473 e 474, anexada ao Volume II do processado.

Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 7, de 2000

TRAMITAÇÃO

18/07/2000 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: À SSCLCN, atendendo solicitação.

18/07/2000 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA COM VETO PARCIAL

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 009981 DE 2000.
DOU- 17/07/2000 PÁG. 00001.
Sancionada em 14/07/2000.
Veto parcial: vide Mensagem Presidencial (MSG) 00958 de 2000, número na origem.

27/06/2000 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Ofício CN 157 de 26/06/2000 ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando Presidente da República submetendo à sanção PLV 7/2000. MCN 15 ao

Ofício CN 158 de 26/06/2000 ao Presidente da Câmara dos Deputados comunicando envio do PLV 7/2000 ao Presidente da República.

27/06/2000 SF-SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 08:21 hs.

20/06/2000 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: 19:28 - Anunciada a matéria.
Discussão encerrada, tendo usado da palavra o Sr. Gilmar Machado.
Usam da palavra no encaminhamento da votação da matéria os Srs. Parlamentares, Aloizio Mercadante, Mendes Ribeiro Filho, Ronaldo Vasconcellos, Artur Virgílio e Maguito Vilela (Relator).
A seguir são lidos os Requerimentos nºs 64 a 74/2000-CN, todos de destaque.
Rejeitados em globo os requerimentos de destaque na Câmara dos Deputados, deixa de ser submetido ao Senado Federal, exceto os de nºs 64 e 65/2000-CN, nos termos do Requerimento nº 75/2000-CN, subscrito pelo Sr. Arthur Virgílio Neto e os Srs. Líderes, lido e aprovado nesta oportunidade.
Rejeitados na Câmara dos Deputados os Requerimentos nºs 64 e 65/2000, contra os votos da Bancada do PT, deixa de ser submetidos ao Senado Federal.
São lidas e aprovadas varias alterações do Relator.
Aprovado o PLV nº 7/2000, nos termos do parecer na Câmara dos Deputados, com as alterações propostas pelo Relator. À Comissão Mista para redação final.
Leitura do Parecer nº 18/2000-CN, Relator Senador Maguito Vilela, oferecendo a redação final da matéria.
Aprovada a redação final.
À sanção.
À SSEXP.

Publicado no DCN Páginas 15150-15167

20/06/2000 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Incluída na Ordem do Dia da sessão do dia 20/06/2000, às 19:00 horas.

20/06/2000 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Anexadas ao Volume II, folhas nºs 400 a 421, referentes à Mensagem nº 463/2000-CN.

Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 7, de 2000

TRAMITAÇÃO

14/06/2000 CN-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO-CN

Ação: Autuado como PLV 00007 2000, proveniente da MPV 2011-8 2000.
À SSCLCN.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLV 7/2000

Data: 14/06/2000

Autor: COMISSÃO MISTA

Local: null

Descrição/Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 9615, de 24 de março de 1998, institui a Taxa de Autorização do Bingo, e dá outras providências.

(VOLUME - III)

Autógrafo - PLV 7/2000

Data: 31/01/2017

Autor: Câmara dos Deputados, Senado Federal

Local: null